

A IMPORTÂNCIA DO CONTEXTO SOCIOCULTURAL NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO

Deise Cristina Giovanaz¹

Resumo: O presente artigo foi elaborado durante a disciplina Ações Docentes nos Anos Iniciais II do curso de graduação em Pedagogia no Centro Universitário UNIVATES, no semestre B/2012, tendo como orientadora a professora Marlise Heemann Grassi. Objetiva estabelecer relações entre a alfabetização e o contexto sociocultural ressaltando a importância dessas relações durante o processo de alfabetização e letramento. Apresenta inicialmente algumas considerações sobre a escrita e considera o pensamento de diferentes autores sobre os conceitos e a relevância dos contextos culturais no desenvolvimento do processo. O presente estudo foi embasado teoricamente em Luiz Carlos Cagliari (1990), Malvina Dorfman et al. (1989), Sônia Inês Ferronato (2005), Paulo Freire (1980, 1981, 2 1996), Jaqueline Mool (1996), Lenir Schettert Santos (1987), Ademar Silva (1991), Magda Soares (2011 e 2012) e também em dados estatísticos do IBGE.

Palavras-chave: Alfabetização. Contexto sociocultural. Diferentes realidades.

1 INTRODUÇÃO

A escrita surgiu quando o homem, pelas necessidades socioeconômicas do contexto, aprendeu a comunicar seus pensamentos, atos e sentimentos, por meio de signos que, superando o caráter arbitrário inicial, vão se tornando inteligíveis para que outros homens compreendam seus significados. A escrita assumiu função de registro de fatos, ideias, descobertas, que vai permitindo aos seres humanos equacionar problemas imediatos e guardar sua própria história.

Cagliari (1990) define a escrita como uma maneira de representar a memória coletiva, religiosa, mágica, científica, política, artística e cultural dos povos. GELB, 1985, *apud* MOOL, 1996, afirma que “uma civilização não pode viver sem escrita” (GELB, 1985, *apud* MOOL, 1996, p. 64), mas em pleno século XXI ainda temos a alfabetização como um grande desafio para os educadores. Dados do ponto de partida do Fórum Mundial da Educação com o patrocínio da ONU expõem que, cinco mil anos depois do surgimento da escrita, duas entre cada dez pessoas no planeta Terra são analfabetas; dois terços dos 880 milhões de analfabetos são mulheres; o problema concentra-se, também, nas minorias étnicas e nas populações rurais.

Precisamos também ter claros os conceitos de analfabetismo, que, segundo a UNESCO, é definido em duas modalidades, sendo elas o analfabetismo absoluto e o analfabetismo funcional. Magda Soares (2012) aborda esse e outros conceitos em sua obra intitulada *Letramento: um tema em três gêneros*. Conforme a definição da autora, analfabetismo é o estado ou condição de analfabeto, sendo analfabeto absoluto aquele que não conhece o alfabeto, que não sabe ler ou escrever e analfabeto funcional aquele que sabe decifrar os códigos da língua escrita, porém não consegue fazer uso disso cotidianamente. Em relação ao termo alfabetização, afirma que é a ação de alfabetizar, de ensinar o indivíduo a ler e escrever, tornando-o alfabeto.

1 Univates. deisecristinagiovanaz@hotmail.com

Em outra obra, intitulada *Alfabetização e letramento*, Soares (2011) discute um conceito ainda pouco utilizado, o de “alfabetismo”. Este termo, que causa um pouco de estranheza a nós falantes da língua portuguesa, é o antônimo de analfabetismo. Começou a ser utilizado recentemente, pois, segundo a autora,

[...] só recentemente começamos a enfrentar uma realidade social em que não basta simplesmente “saber ler e escrever”: dos indivíduos se requer não apenas que dominem a tecnologia do ler e escrever, mas também que saibam fazer uso dela, incorporando-a a seu viver, transformando-se assim sem “estado” ou “condição”, como consequência “sic” do domínio dessa tecnologia (SOARES, 2012, p. 29).

Outros autores abordam o tema posicionando-se em relação à questão.

A quem, como nós, desde a infância, a leitura e a escrita fazem parte do cotidiano, não há espaço para pensar na vida sem essa dimensão. Sabemos que ela é possível a todos, assim como os que não tem visão e não tem audição. As possibilidades cognitivas nos igualam enquanto espécie humana, mas as condições sociais revelam discrepâncias que nos colocam em mundos totalmente diferentes. O meio classificatório que estratifica pela posição econômica, cultura, social, também rotula, impedindo alguns de serem o que outros já são, aumentando distâncias e restringindo oportunidades. Assim, entre o caviar e o lixo, entre a grife e o farrapo, entre o bilíngüe “sic” e o analfabeto, circula o cidadão brasileiro “amparado” por uma constituição que “garante igualdade” de direitos e deveres (FERRONATO, 2005, p. 18).

Encontramos em salas de aulas diferentes realidades, mas nem sempre estamos preparados para trabalhar com elas. Paulo Freire (1980) iniciou na década de 60 um trabalho de alfabetização com adultos na Região Nordeste do Brasil, onde cerca de 60% da população era analfabeta. Nas propostas que desenvolveu, buscou primeiramente investigar a vida de seus alunos para então dar início ao processo de alfabetização, considerando o contexto de cada indivíduo na construção de aprendizagens.

Em sua obra intitulada *Pedagogia da autonomia*, Freire (1996) traz uma ideia muito importante que devemos considerar não só durante o processo de alfabetização, mas durante qualquer processo de ensino e de aprendizagem:

[...] ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua própria produção ou a sua construção. Quando entro em uma sala de aula devo estar sendo um aberto a indagações, à curiosidade, às perguntas dos alunos, a suas inibições; um ser crítico e inquiridor, inquieto em face da tarefa que tenho – a de ensinar e não de transferir conhecimentos (FREIRE, 1996, p. 47).

Como um ser crítico disposto a ensinar em vez de apenas transferir conhecimento torna-se indispensável considerar e trabalhar de forma que os conteúdos estejam diretamente interligados ao contexto sociocultural em que os alunos estão inseridos. Construindo assim aprendizagens significativas que são e serão utilizadas no dia a dia desses cidadãos, entre elas a escrita que é importante dentro da escola pelo fato de ser importante fora dela também. Nessa perspectiva devemos considerar a importância do diálogo no processo educativo, ressaltada por Freire, pois “Ensinar exige diálogo.” (FREIRE, 1996, p. 152).

A Prefeitura Municipal de Porto Alegre (1989) publicou a obra *Alfabetização: uma questão popular* que apresenta o argumento de que

Fora da escola, a criança recebe informação contextualizada. Dentro da escola, recebe informação descontextualizada. Os que chegam à escola sabendo que a escrita serve para transmitir informação, para comunicar-se à distância, para expandir a memória, para construir outros mundos possíveis e, além disso, sabendo dos distintos registros da língua escrita associados a estas funções, são os que

crecem num ambiente alfabetizado, com seus pais que usam cotidianamente a língua escrita e, sem pretender ensinar, dão cotidianamente informações. Os que chegam sem saber isto – a maioria da população da escola pública e muito particularmente os setores rurais – não o sabem e tão pouco têm ocasião de aprendê-lo na escola. Ali lhes será apresentado um objeto escolar e não social, um objeto descontextualizado, carente de qualquer funcionalidade que não seja a de permitir a promoção ao grau escolar superior (DORFMAN et al. 1989, p. 8).

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, publicados no *site* <g1.globo.com>, no ano de 2010, a taxa de analfabetismo continua maior na zona rural do que nas cidades. Considerando todos os maiores de 10 anos, o percentual de analfabetos nas cidades passou de 9,6% em 2000 para 6,8% em 2010. No campo, nesses 11 anos, o índice caiu de 27,7% para 21,2%.

É importante apontarmos também que, no ano 2000, 12,8% da população com mais de 10 anos era analfabeta, em 2010, o percentual caiu para 9%, uma redução de 29%. No mesmo período, entre as pessoas de 10 a 14 anos, a redução do analfabetismo no campo ocorreu de forma mais acentuada. Passou de 16,6% para 8,4% - queda de 49,39%. Nas cidades, dentro da faixa etária no período, o percentual de analfabetos caiu de 4,6% para 2,9% - redução de 36,95%.

Apesar dessa queda positiva da taxa de analfabetismo, devemos estar cientes que o índice ainda é muito alto. Por isso, precisamos buscar formas de reverter esse quadro e qualificar o ensino e a aprendizagem da leitura e da escrita durante o processo de alfabetização e letramento.

2 A IMPORTÂNCIA DAS RELAÇÕES DO CONTEXTO SOCIOCULTURAL DURANTE O PROCESSO DE AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM ESCRITA E DA LEITURA

É preciso romper com a descontextualização do processo pedagógico da alfabetização dentro da escola para que as crianças que têm menos estímulo fora dessa instituição possam perceber a importância da leitura e escrita em seu cotidiano sociocultural. Trabalhar com as realidades em que os alunos estão inseridos é essencial para a alfabetização, podendo ser abordadas situações que os alunos vivenciam no seu dia a dia fora da escola.

Segundo Lemos, “é através da linguagem enquanto AÇÃO SOBRE O OUTRO (ou procedimento comunicativo) e enquanto AÇÃO SOBRE O MUNDO (ou procedimento cognitivo) que a criança constrói a linguagem enquanto OBJETO sobre o qual vai operar” (1992: 119). Nas práticas discursivas, adulto e criança constroem atividades dialógicas que levam a criança a perceber a eficácia da atividade lingüística “*sic*” para fins comunicativos e cognitivos. E é a partir dessa percepção que a criança passa a categorizar e relacionar os procedimentos comunicativos e cognitivos enquanto objetos lingüísticos “*sic*”, construindo assim, subsistemas que refletem a sua constante atuação sobre a linguagem (SILVA, 1991 *apud* LEMOS, 1992, p. 10).

Sendo assim, deve-se trabalhar com palavras, textos e situações que as crianças vivenciam fora da escola para construir aprendizagens significativas no processo de alfabetização. Lenir Schettert Santos aborda em sua obra, *Alfabetização: vivendo e construindo a vida*, uma ideia essencial sobre as relações entre a alfabetização e as relações com o contexto sociocultural, em que ressalta a importância em, juntamente com o aluno, buscar entender a realidade, estudando as necessidades básicas da vida humana: alimentação, habitação, lazer, família, saúde, vestuário e trabalho e também o grupo social em que a criança está inserida.

CRIANÇA É VIDA, por isso deve ser educada a partir de suas possibilidades, em atividades onde ela seja ao mesmo tempo criadora e executora, envolvida em todos os aspectos do processo ensino-aprendizagem (SANTOS, 1987, p. 11).

O processo natural de compreensão da criança deve ser respeitado, considerando o todo e não somente as partes. Outro fator importante dessa prática pedagógica é a utilização de recursos próprios do meio das crianças, sendo a maior parte do material produzido com a sua participação, num trabalho coletivo. Encarar a alfabetização como um processo consciente implica considerar as necessidades, os interesses e as possibilidades dos alunos.

A aprendizagem da leitura é fundamental no processo de aquisição de conhecimento, tanto no nível da escola como fora dela. No mundo em que vivemos, a leitura é imprescindível “a leitura é grande auxiliar da reflexão, da meditação, do voltar-se para dentro de si” (CAGLIARI, 1990, p. 148).

Ao tratar sobre a pedagogia da vida, Santos (1987, p. 17) afirma que é necessário “preparar para a vida vivendo uma prática educativa da qual faz parte encarar a vida em sua amplitude, desde a sua infância até a velhice”. Também ressalta que escola não pode ignorar o fato de que a criança está em constante comunicação com o seu mundo e ao entrar para a escola já possui uma linguagem criada com elementos desse mundo, como por exemplo, sons, formas, cores e gestos.

Considerando estes aspectos o trabalho torna-se abrangente e participativo, pois todos os elementos do grupo têm possibilidades de crescimento, vivência e participação. Torna-se possível, então, haver condições de se articular conhecimentos de forma globalizada, para garantir aprendizagens significativas.

Ensinar, aprender e pesquisar lidam com esses dois momentos do ciclo gnosiológico: o em que se ensina e se aprende o conhecimento já existente e o em que se trabalha a produção do conhecimento ainda não existente (FREIRE, 1996, p. 28).

Em sua proposta de alfabetização, Freire (1981) já abordava o que hoje passou ser denominado letramento – termo do qual uma das primeiras ocorrências encontra-se em obra de Mary Kato, de 1986. Aquele definia alfabetização como mais do que o simples domínio mecânico de técnicas de ler e escrever, mas sim entender o que se lê e escrever o que se entende, possibilitando comunicar-se graficamente. Em suas palavras, a alfabetização “Implica uma autoformação da qual pode resultar uma postura atuante do homem em seu contexto” (FREIRE, 1981, p. 72).

Embora muitos busquem por receitas e sequências predeterminadas, isso não é possível, pois em cada turma encontramos diferentes cidadãos, com distintas bagagens socioculturais e, muitas vezes também, distintos interesses. Como educadores, precisamos garantir um espaço que contemple as realidades atendidas e que alie as necessidades e os desejos trazidos pelos educandos. É fundamental trabalharmos com a fala, a leitura e a escrita de maneira contextualizada, oportunizando a criança a construção da sua própria história.

Com essa proposta, a criança avançará com maior facilidade no processo de alfabetização e letramento, devido ao fato de que as situações de aprendizagem farão sentido em sua vida, em seu cotidiano social. A criança desenvolverá a capacidade de gerar novas palavras, novos textos, pois, de fato, estará aprendendo. Mool (1996) parafraseia Garcia (1986) ao justificar a afirmação de que não há possibilidade de alfabetização sem relação escrita – mundo, escrita – contexto, pois há um processo sociocultural na gênese dessa aprendizagem.

A criança que vive num ambiente estimulante vai construindo prazerosamente seu conhecimento do mundo. Quando a escrita faz parte do seu universo cultural também constrói conhecimentos sobre a palavra, já enriquecida por tantas leituras anteriores, apropriar-se-á de mais um instrumento de conhecimento do mundo (GARCIA, 1986 *apud* MOOL, 1996, p. 69).

Assumir um compromisso com as realidades, transformando o saber num ato democrático, é um desafio que exige do educador um projeto político de vida, sendo que a proposta de trabalho que desenvolverá será a construção desse desafio.

3 CONCLUSÃO

Ao iniciarmos o processo de alfabetização devemos considerar o fato de que os educandos, ao chegarem à sala de aula, já têm algumas familiaridades com a língua materna, por utilizarem-na constantemente por meio da comunicação verbal. É preciso levar em conta também que a fala trazida pelos educandos está carregada de variedades linguísticas que acabam sendo trazidas para dentro da sala de aula. Não podemos considerar o falar certo ou errado, devemos sim, ajudá-los a melhorar sua maneira de falar e escrever, nos diversos usos da língua e nas diferentes situações.

É de suma importância demonstrar aos educandos que o uso da linguagem utilizada para lermos e escrevermos depende da circunstância, da familiaridade e do interlocutor. A linguagem escrita pode ser utilizada para transmitir informações, expressar desejos, opiniões, raciocínios e se faz presente em diversos meios de comunicação, tais como: livros, jornais e placas de sinalização.

Os profissionais da educação são sujeitos envolvidos no processo de alfabetização, por isso precisam de uma preparação adequada que vá além da base teórica, pedagógica e metodológica, abrangendo também a questão da adequação da realidade vivida pelos educandos. O professor alfabetizador deve organizar situações que sejam significativas, ou seja, situações reais para estimular e, conseqüentemente, facilitar a aprendizagem.

Durante o processo de alfabetização é necessário trabalhar com palavras, frases e textos carregados de significados que despertem nos educandos o interesse e o gosto pela leitura e escrita. De acordo com Paulo Freire (1992, p. 76) “ler um texto é algo sério [...] é aprender como se dão as relações entre as palavras na composição do discurso. É tarefa de sujeito crítico, humilde e determinado. [...] Implica que o(a) leitor(a) se adentre na intimidade do texto para aprender sua mais profunda significação”.

Outro aspecto relevante é de que as leituras e as escritas de textos devem ser precedidas de atividades que motivem aos alunos a levantar questões a respeito de temáticas que fazem parte de seus interesses, sendo relevantes à aprendizagem, para que dessa forma possa provocar debates, buscando assim, novos conhecimentos com o objetivo de enriquecer suas vivências, valores e atitudes. Os textos podem e devem ser explorados em todos os seus aspectos para que propiciem o desenvolvimento da língua falada e escrita, como também conhecimentos que sejam significativos para a vida em sociedade, para que não aprendam apenas a decifrar códigos, e sim, para que se alfabetizem funcionalmente também, possibilitando o uso da leitura e da escrita cotidianamente.

A utilização de diversos tipos de textos na sala de aula é muito importante para o processo de alfabetização. Trabalhar com imagens, fotos, revistas, contos, livros, jornais, poemas, propagandas, logotipos conhecidos pelos alunos, canções, parlendas, rótulos de produtos, gibis, quadrinhas, correspondências, avisos e até textos que se sabem de cor possibilitam a leitura e interpretação de diferentes materiais, de formas de escrita. Textos informativos e atuais também são importantes, pois além de deixá-los informados dos fatos que acontecem na sociedade, podem também aprender a utilizar a língua. Não se pode esquecer, porém, dos textos literários, que trabalham com símbolos, sentimentos e emoções, permitindo assim, a troca e o compartilhamento de vivências, ampliando a visão do homem e do mundo que o rodeia.

Diante de todas as informações presentes neste artigo, pode-se concluir claramente que o educador deve trabalhar cotidianamente, visando à análise, por parte do educando, da realidade em que vive. Somente assim, teremos como formar cidadãos críticos para podermos driblar o fantasma do analfabetismo que assola nosso país.

REFERÊNCIAS

- CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização & Lingüística**. 2. ed. Editora Scipione, São Paulo, 1990.
- DORFMAN, Malvina et al. **Alfabetização: uma questão popular**. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Educação, 1989.
- FERRONATO, Sônia Inês. **Ler o mundo, compreender a palavra: ambiente alfabetizador como espaço de construções sociocognitivas**. Porto Alegre: UFRGS, 2005.
- FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação**. 3. ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1980.
- _____. **Educação e mudança**. 3º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- _____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários para à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- IBGE indica que analfabetismo cai menos entre maiores de 15 anos. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/11/ibge-indica-que-analfabetismo-cai-menos-entre-maiores-de-15-anos.html>> Acesso em: 01 set. 2012.
- MOOL, Jaqueline. **Alfabetização possível: reinventando o ensinar e o aprender**. Porto Alegre: Mediação, 1996.
- SANTOS, Lenir Schettert. **Alfabetização: vivendo e construindo a vida**. 2. ed. Ijuí: Livraria UNIJUÍ, 1987.
- SILVA, Ademar. **Alfabetização: a escrita espontânea**. São Paulo: Contexto, 1991.
- SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. 6. ed., 2. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2011.
- _____. **Letramento: um tema em três gêneros**. 3 ed. 1 reimpressão. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.